

# REPENTE

PARTICIPAÇÃO POPULAR NA CONSTRUÇÃO DO PODER LOCAL

Pólis - Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais - nº 09 - Novembro/00

## EDITORIAL

NOS DIAS 16 A 19 DE DEZEMBRO ACONTECERÁ EM BRASÍLIA A **XI CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE**. O TEMA DESTA ANO É "EFETIVANDO O SUS: **ACESSO, QUALIDADE E HUMANIZAÇÃO NA ATENÇÃO À SAÚDE, COM CONTROLE SOCIAL**".

POR OCASIÃO DESTA CONFERÊNCIA, QUE ESTÁ MOBILIZANDO MUITOS CONSELHEIROS DE SAÚDE DO PAÍS, ESTE REPENTE QUER ENTRAR NO DEBATE SOBRE O SUS E O CONJUNTO DAS ÁREAS SOCIAIS.

QUEREMOS CONTRIBUIR COM OS CONSELHEIROS DE SAÚDE NA DISCUSSÃO DO TEMA DA CONFERÊNCIA DESTA ANO E, CERTAMENTE, A REFLEXÃO SOBRE O SUS NÃO SE ESGOTARÁ EM UMA CONFERÊNCIA. ELE SERÁ TEMA DE REFLEXÃO E AÇÃO DOS CONSELHEIROS DE SAÚDE POR MUITO TEMPO.

OUTRO OBJETIVO É PROPOR QUE OS DEMAIS CONSELHOS TAMBÉM FAÇAM UMA DISCUSSÃO SOBRE O QUE TEM ACONTECIDO COM AS ÁREAS SOCIAIS NOS ÚLTIMOS TEMPOS. QUEREMOS MOSTRAR QUE **AS ÁREAS NÃO ESTÃO ISOLADAS**, QUE PARTE DOS PROBLEMAS ENFRENTADOS NA SAÚDE SÃO OS MESMOS DAS OUTRAS ÁREAS SOCIAIS.

## APERTANDO O CINTO NAS ÁREAS SOCIAIS: O CASO DA SAÚDE

Neste Repente temos três momentos. No primeiro, recuperamos um pouco de história da área da saúde, destacando duas importantes conquistas.

Depois tratamos de alguns desafios colocados para a saúde e para o conjunto das áreas sociais.

E, por fim, apresentamos algumas pistas de como podemos sair dos dilemas atuais. É lógico que as saídas não são fáceis, nem temos receitas prontas, mas se pensarmos e atuarmos juntos certamente as soluções aparecerão.



# 1

## UMA BELA HISTÓRIA ...

A área da saúde está marcada por várias conquistas importantes. Para que as pessoas dos outros conselhos conheçam, vamos destacar apenas duas delas: **a conquista do SUS** e a da **Emenda Constitucional da Saúde**.

### • A CONQUISTA DO SUS

O SUS, Sistema Único de Saúde, surgiu com a Constituição de 1988, fruto de muita luta. Com ele, pela primeira vez no Brasil foi implantado um **sistema universalizante e integral de saúde**, ou seja, todos, mesmo aqueles que não pagavam previdência social, passaram a ter direito de acesso ao sistema de saúde em todos os níveis de atenção. Com o SUS, **metade da população brasileira que não tinha carteira assinada**, nem era funcionário público ou militar **deixou de ser considerado indigente e passou a ser cidadão** com direito à saúde.



### • A EMENDA CONSTITUCIONAL 29

Mesmo com os direitos assegurados pela Constituição, persistem os problemas de financiamento para a área de saúde. Com recursos insuficientes, que variam a cada ano, e sem saber com quanto do orçamento a saúde pode realmente contar, é difícil realizar um bom planejamento. Os municípios que investem mais em saúde são "invadidos" por pacientes e ambulâncias dos municípios vizinhos.

Você pode encontrar a íntegra desta emenda nas páginas da internet: [www.eduardojorge.org.br](http://www.eduardojorge.org.br) e [www.datasus.gov.br/cns](http://www.datasus.gov.br/cns)

A **Emenda** aprovada este ano, **prevê que um mínimo de recursos dos municípios, estados e da União seja aplicado para a saúde**.

Com isso, os municípios e principalmente os estados terão que investir mais em saúde, será possível planejar melhor e avançar na implantação do SUS desejado por todos.

Estas conquistas se devem a uma longa e vigorosa história de organização da sociedade civil que construiu um sistema nacional e articulado de gestão participativa e controle social. **Hoje já estão instalados Conselhos de Saúde em quase todos os municípios brasileiros, embora cerca de mil ainda com composição e funcionamento precário. O Ministério da Saúde estima existirem hoje mais de 86 mil conselheiros de saúde.**

# 2

## PROBLEMAS DIFÍCEIS DE ENFRENTAR

Com este histórico de conquistas na saúde, poderíamos pensar que os problemas nesta área só vão diminuir daqui para frente. Mas não é tão simples assim.

Vivemos um momento adverso de privatização e precarização dos serviços sociais. Os conselhos precisam lutar muito para que o financiamento, o acesso e a qualidade dos serviços não piorem ainda mais.



No próximo ano, faremos um Relatório explicando o que é esta lei.

## FINANCIAMENTO

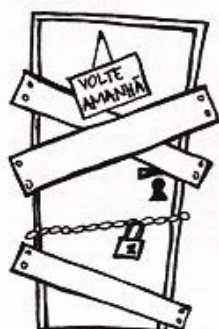
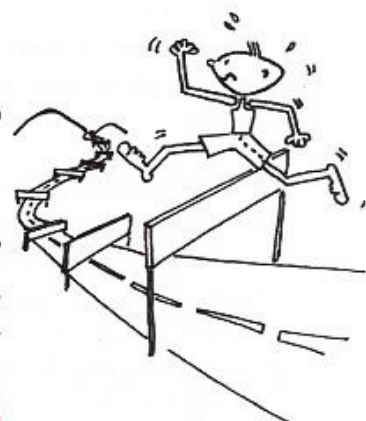
Apesar de aprovada a Emenda Constitucional que garante um mínimo de recursos, o problema do financiamento deve permanecer. A **Lei de Responsabilidade Fiscal**, que começará a ser aplicada em 2001, **obriga os municípios a priorizarem o pagamento das suas dívidas**. Tememos que os municípios, para cumprir as novas exigências fiscais, comecem a tirar dinheiro das áreas sociais. Vamos supor que um município atualmente gaste mais do que o mínimo definido pela emenda constitucional; se ele precisar pagar dívidas, é possível que retire dos gastos com saúde.

## ACESSO

Outro problema grave na saúde, que não se resolverá apenas com o financiamento, é a garantia de acesso aos serviços. Veja alguns dados para exemplificar:

- **29% da população brasileira não tem um serviço de saúde de uso regular** (como em postos de saúde, hospitais, ambulatórios etc.), essencial para a prevenção e o diagnóstico precoce das doenças;
- **29,6 milhões de pessoas** (18,7% da população brasileira) **nunca consultou dentista**.
- **5 milhões** de pessoas disseram que **precisavam de atendimento**, mas não o procuraram. A maior justificativa para esta atitude é que **não tinham recursos** financeiros.

Estes dados (PNAD/98) mostram que **muitas pessoas não são atendidas** pelo sistema atual, muitos até **por falta de recursos para chegar em um local de atendimento**.



## QUALIDADE

Há ainda a questão da qualidade do atendimento. Os dados da PNAD revelam que a maioria das pessoas ficou contente com o atendimento que recebeu. Mas será que sabemos avaliar bem a qualidade do atendimento? Ou as pessoas estão tão acostumadas com o tratamento impessoal que recebem que nem imaginam que poderiam receber um tratamento melhor? Ou já se generalizou a idéia que só quem paga pode esperar qualidade? **Será que os conselheiros têm sido capazes de identificar como os usuários são realmente atendidos?**

## PRIVATIZAÇÃO

Como saída para estes problemas, o governo federal tem apostado no sistema privado de saúde. Sabe-se que 24,5% da população brasileira já é atendida por planos de saúde (PNAD), aumentando ainda mais a distância entre aqueles que possuem maior renda e podem pagar por serviços de saúde e aqueles que dependem do sistema público de atendimento.

A privatização da saúde aparece no debate desta Conferência Nacional quando se questiona os princípios que afirmavam o SUS como sistema público com comando único das ações de saúde em cada esfera de governo. Hoje está em pauta a introdução, no SUS, dos chamados "contratos de gestão". Estes novos modelos de gestão **transferem os serviços de saúde do Estado para parcerias com entidades da sociedade civil ou com as chamadas "Organizações Sociais"**. É o caso de alguns programas de saúde da família e hospitais que estão sendo "transferidos" para grupos privados ou para a "comunidade". Estes novos tipos de gestão da Saúde serão alvo das principais polêmicas desta XI Conferência Nacional de Saúde.



## OUTRAS ÁREAS SOCIAIS

Estes são problemas somente da área de saúde? Certamente não. Os cortes nas áreas sociais têm sido cada vez maiores e serão ainda mais aprofundados com a Lei de Responsabilidade Fiscal. Sabe-se também que a dificuldade de acesso e a baixa qualidade de atendimento não acontecem apenas com a saúde. **Quanto menos recursos, menor a possibilidade de melhorar o acesso e a qualidade dos serviços públicos em geral.**

# 3

## O QUE OS CONSELHOS PODEM FAZER ?

### CONTROLE SOCIAL

Nesta conjuntura, o papel de controle social feito pelos conselhos é fundamental. Se as áreas sociais não foram totalmente esvaziadas como direitos, muito se deve aos conselhos. São eles que têm denunciado e resistido para que os direitos sociais sejam preservados neste país. **Fortalecer e valorizar o papel dos conselhos é um grande passo para que os direitos sejam preservados.**

### ARTICULAÇÃO ENTRE OS CONSELHOS

Todas as áreas sociais, com suas lutas e conquistas específicas, estão sofrendo cortes drásticos. Os recursos federais previstos para 1999 para os programas sociais e para investimentos foram pouco executados, isto é, foram gastos em outras prioridades. Como mostra um **trabalho do INESC**, dos recursos previstos para investimentos em organização agrária, o governo federal gastou 23,2% do que disse que iria gastar; para saneamento, 9,46%; urbanismo, 2,04%; habitação, 5,98% e proteção ao meio ambiente, 15,21%. A previsão é uma diminuição ainda maior dos recursos para programas sociais e investimentos nos próximos anos.

Nesta conjuntura, **será que juntos os conselhos não têm condições de resistir de maneira mais efetiva?** Em muitos municípios estão surgindo **fóruns de conselhos** que pensam conjuntamente como enfrentar estes desafios.

Este estudo do INESC - Instituto de Estudos Socio-econômicos traz informações sobre os gastos sociais da União e está publicado no caderno "Políticas Públicas Sociais - A execução orçamentária da União de 1999", que pode ser solicitado pelo telefone (61) 226.8093 ou fax (61) 226.8042.

No próximo boletim trataremos mais da articulação entre os conselhos, relatando algumas experiências que estão acontecendo pelo país. Se você tiver alguma experiência para contar sobre este tema, escreva para nós.

### PARA REFLETIR E DISCUTIR:

1. No seu município, como está o acesso e a qualidade do atendimento dos serviços públicos na sua área de atuação?
2. Os recursos financeiros disponíveis são suficientes? Se são suficientes, são bem aplicados?
3. Qual a relação do seu conselho com os demais conselhos da sua cidade ou região?
4. O que poderia ser feito para melhorar o acesso, a qualidade e o financiamento?



Para adquirir o Repente: Entre em contato com o Instituto Pólis, pelo telefone (11) 3085.6877 ou pelo e-mail: [participacao@polis.org.br](mailto:participacao@polis.org.br). Para Conselhos vendem-se pacotes de 50 exemplares por R\$ 20,00.

**REPENTE:** Participação Popular na Construção do Poder Local - é um boletim editado pelo Instituto Pólis para divulgar informações e contribuir na formação de participantes de Conselhos de todo o país e pessoas interessadas em construir e fortalecer espaços participativos e de exercício da cidadania ativa.

**EXPEDIENTE:** PÓLIS - Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais - Organização Não-Governamental de atuação nacional, constituída como sociedade civil sem fins lucrativos, apolítica e pluralista. Seu objetivo é a melhoria da qualidade de vida, o desenvolvimento sustentável, a ampliação dos direitos de cidadania e a democratização da sociedade. Rua Cônego Eugênio Leite, 433. CEP: 05414-010 São Paulo - SP Tel. (11) 3085.6877. Fax. (11) 3063.1098. e-mail: [participacao@polis.org.br](mailto:participacao@polis.org.br) - <http://www.polis.org.br>. Responsável Editorial: Maria do Carmo A. A. Carvalho e Ana Claudia C. Teixeira. Colaboração: Marcia Mulin e Jorge Kayano. Projeto gráfico: Luciana Pinto. Apoio Financeiro: NOVIB. **O Instituto Pólis integra o Fórum Nacional de Participação Popular**

